

Sumário

Capítulo 1 ▶ ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO E DIREITO FINANCEIRO	19
1. Atividade Financeira do Estado. Conceito e Objeto. Direito Financeiro	19
2. Direito Financeiro	20
3. Finanças Públicas na Constituição de 1988. Competência legislativa.....	21
4. Fontes do Direito Financeiro	25
5. Princípios do Direito Financeiro	30
6. A Lei nº 13.655/2018 (LINDB) e o Direito Financeiro	32
Capítulo 2 ▶ ORÇAMENTO PÚBLICO.....	41
1. Origem e conceito.....	41
2. Princípios orçamentários.....	43
2.1. Princípio da Legalidade ou reserva legal.....	43
2.2. Princípio da Unidade ou Totalidade	45
2.3. Princípio da Universalidade.....	47
2.4. Princípio do Orçamento-Bruto	49
2.5. Princípio da Anualidade ou da Periodicidade orçamentária.....	50
2.6. Princípio da Anterioridade ou da Precedência orçamentária	53
2.7. Princípio da Exclusividade	53
2.8. Princípio da Especialização, Especificação ou Discriminação	56
2.9. Princípio da Não Afetação ou Não Vinculação da Receita	57
2.10. Princípio da Proibição do Estorno de Verbas	65
2.11. Princípio do Equilíbrio Orçamentário.....	69
2.12. Princípio da Programação ou Planejamento	71
2.13. Princípio da Unidade de Tesouraria (ou Unidade de Caixa)	72
2.14. Princípio da Transparência ou Publicidade	73
3. Espécies de orçamentos.....	77
4. Natureza jurídica	81
5. Orçamento impositivo – Emendas individuais e de bancada.....	85
5.1. Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024 (Emendas parlamentares ao orçamento)	93
6. Orçamento participativo.....	99

7. Emendas do Relator (RP9) ou “Orçamento secreto”	101
7.1. Emendas PIX	107
8. Leis orçamentárias: espécies e tramitação legislativa	110
8.1. Plano Plurianual	111
8.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	115
8.3. Lei Orçamentária Anual (LOA)	133
8.4. Controle abstrato de constitucionalidade das leis orçamentárias	147
9. Ciclo orçamentário	148
9.1. Proposta orçamentária	149
9.2. Elaboração orçamentária	154
9.3. Execução orçamentária	164
10. Exercício Financeiro	171
11. Créditos Adicionais	174
11.1. Créditos suplementares	176
11.2. Créditos especiais	178
11.3. Créditos extraordinários	181
Capítulo 3 ► DESPESAS PÚBLICAS	187
1. Conceito de despesas públicas	187
2. Espécies de despesas públicas	188
2.1. Quanto à competência	188
2.2. Quanto à periodicidade ou regularidade	189
2.3. Quanto à natureza	189
2.4. Quanto ao critério econômico	190
2.5. Quanto à extensão ou ao ambiente	190
2.6. Quanto à natureza legal	190
3. Execução das despesas públicas	200
3.1. Programação	202
3.2. Licitação	202
3.3. Empenho	203
3.4. Liquidação	207
3.5. Ordem de pagamento	208
3.6. Suprimento	209
3.7. Pagamento	209
4. Regime de adiantamento	209
5. Restos a pagar	211
6. Contingenciamento de dotações	217

7. Disciplina constitucional dos precatórios	217
7.1. Preferência dos débitos de natureza alimentícia	228
7.2. Preferência em razão de idade, doença ou deficiência.....	230
7.3. Requisição de Pequeno Valor	235
7.4. Fracionamento do precatório.....	237
7.5. Compensação de precatórios	239
7.6. Diferentes destinos conferidos aos precatórios pela EC 113/2021	240
7.7. Cessão de créditos de precatórios	241
7.8. Refinanciamento de débitos de precatórios pela União	242
7.9. Amortização de dívidas via precatórios.....	243
7.10. Regime Especial da EC 62/2009	244
7.11. Regime especial de pagamento para os casos de precatórios em mora - de acordo com a EC 99/2017.....	247
7.12. Comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento de pre- catórios e obrigações de pequeno valor.....	254
7.13. Emendas Constitucionais 113 e 114, de 2021	255
7.14. Os precatórios de Estados, Municípios e Distrito Federal na EC 136/2025	261
8. Despesas com pessoal	264
8.1. Controle das despesas com pessoal.....	278
8.2. Regime de Transição da LC 178/2021	287
9. Despesas com a Seguridade Social.....	288
10. Transferências voluntárias.....	289
11. Destinação de recursos públicos para o setor privado	296
Capítulo 4 ► RECEITAS PÚBLICAS	301
1. Conceito de receitas públicas	301
2. Classificação das receitas públicas	303
2.1. Quanto à competência do ente federativo	303
2.2. Quanto à regularidade ou periodicidade.....	303
2.3. Quanto à origem ou quanto à coercitividade	304
2.4. Quanto à natureza	309
2.5. Quanto à aplicação ou quanto aos fins a que se destina	310
2.6. Quanto à afetação patrimonial.....	310
2.7. Classificação legal ou quanto à categoria econômica	311
3. Estágios da receita pública	314
3.1. Previsão.....	314
3.2. Lançamento	315
3.3. Arrecadação	316
3.4. Recolhimento	317

4. As receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	317
4.1. Receita Corrente Líquida.....	317
4.2. Responsabilidade na Gestão Fiscal.....	320
4.3. Renúncia de receitas e incentivos fiscais	321
5. Repartição de receitas tributárias	333
5.1. Participação direta no produto da arrecadação do imposto de renda reti- do na fonte de competência impositiva da União.....	333
5.2. Modalidade de participação no produto de impostos de receitas partilhadas.....	334
5.3. Partilha indireta em favor dos Estados, DF e Municípios	337
5.4. Proibição de retenção e restrições à repartição constitucional de receitas tributárias.....	341
6. Dívida Ativa da União de natureza tributária e não tributária	342
7. FUNDOS ESPECIAIS.....	345
Capítulo 5 ► CRÉDITO PÚBLICO E DÍVIDA PÚBLICA	351
1. Conceito e natureza jurídica	351
2. Classificação do crédito público.....	353
2.1. Quanto à pessoa jurídica que obtém o crédito	353
2.2. Quanto à coercitividade.....	353
2.3. Quanto à origem territorial do empréstimo	354
2.4. Quanto ao prazo	355
2.5. Classificação constitucional.....	358
3. Princípios dos empréstimos públicos	359
4. O crédito público na Constituição da República de 1988	359
5. Crédito público e dívida pública na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	364
5.1. Dívida pública mobiliária	364
5.2. Limites da dívida pública e das operações de crédito	367
5.3. Reconstituição da dívida aos limites.....	371
5.4. Operações de crédito	372
5.5. Vedações em matéria de endividamento público	378
5.6. Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).....	381
5.7. Concessão de garantias	384
6. Regra de Ouro das Finanças Públicas	389
7. Formas de extinção da dívida pública.....	392
8. A dívida pública e o novo regime fiscal (ECs 95/2016 e 102/2019)	393
9. O Novo Regime Fiscal Sustentável ou “Novo Arcabouço Fiscal”	400
10. Regime de recuperação Fiscal	407
11. Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).....	413

Capítulo 6 ▶ FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	419
1. Transparência, controle e fiscalização dos orçamentos.....	419
2. O Controle externo	424
2.1. O controle externo exercido pelos Tribunais de Contas	424
2.2. Formas de controles exercidas pelos Tribunais de Contas	431
2.3. Competências dos Tribunais de Contas.....	432
2.4. Eficácia das decisões dos Tribunais de Contas	455
2.5. Relatórios dos Tribunais de Contas	458
2.6. Controle de constitucionalidade exercido pelos Tribunais de Contas	458
2.7. Competência dos Tribunais de Contas para expedir cautelares.....	459
2.8. Comissão Mista Permanente.....	460
2.9. Tribunal de Contas da União	460
2.10. Tribunais de Contas dos Estados.....	472
Capítulo 7 ▶ SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	477
1. Conselho Monetário Nacional (CMN).....	484
2. Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).....	489
3. Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC)	490
4. Banco Central do Brasil	491
4.1. O Banco Central na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	497
5. Comitê de Política Monetária (COPOM)	500
6. Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	501
7. Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)	503
8. Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)	505
9. Banco do Brasil S/A.....	506
10. Caixa Econômica Federal (CEF).....	508
11. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social (BNDES).....	510
12. Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN)	512
Capítulo 8 ▶ CRIMES RELACIONADOS ÀS FINANÇAS PÚBLICAS	513
1. Crimes contra as finanças públicas no Código Penal	513
1.1. Contratação de operação de crédito	515
1.2. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	517
1.3. Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura	518
1.4. Ordenação de despesa não autorizada	521
1.5. Prestação de garantia graciosa	524
1.6. Não cancelamento de restos a pagar	526
1.7. Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	527

1.8. Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	528
1.9. Infrações administrativas contra as leis de finanças públicas	529
2. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional – Lei 7.492/86	530
2.1. Bem jurídico tutelado	533
2.2. Sujeitos do crime	534
2.3. Competência	535
2.4. Delação premiada.....	536
2.5. Divulgação de informação falsa ou prejudicialmente incompleta (art. 3º)....	536
2.6. Gestão fraudulenta e gestão temerária (art. 4º)	537
2.7. Sonegação de informação ou prestação de informação falsa (art. 6º)	542
2.8. Emissão, oferecimento ou negociação irregular de títulos ou valores mobiliários (art. 7º)	543
2.9. Empréstimo ou adiantamento vedados (art. 17)	545
2.10. Financiamento mediante fraude (art. 19)	547
2.11. Desvio de finalidade (art. 20).....	550
2.11. Operação de câmbio com falsa identidade (art. 21)	551
2.12. Operação de câmbio com o fim de evasão de divisas (art. 22)	551
Capítulo 9 ▶ O DIREITO FINANCEIRO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19	555
1. Emenda Constitucional nº 106, de 2020.....	555
2. Leis Complementares nº 172/2020 e 197/2022	557
3. Lei Complementar nº 173, de 2020	558
4. Calamidade Pública e Regime Extraordinário Fiscal (EC 109/2021).....	565
5. Auxílio emergencial	568
6. Impossibilidade de responsabilização pela não aplicação dos percentuais mínimos em ensino (EC 119/2022).....	568
7. Importantes entendimentos sobre o Direito Financeiro e a COVID-19.....	570
SÚMULAS RELACIONADAS AO DIREITO FINANCEIRO.....	573
Supremo Tribunal Federal.....	573
Superior Tribunal de Justiça.....	574
Tribunal de Contas da União.....	575
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	581